

PTDU. APS. JUCN. 1988. TXT. 0012

**REPENSANDO A MULHER NEGRA HOJE:
Uma perspectiva no PT**

Cecília Maria Luli
(do Grupo de Mulheres da Comissão do Negro do PT/DF)

Agosto/1988

AS MULHERES DA MINHA RAÇA

Senhores
as mulheres da minha raça
não são feijoadas completas
preparadas pra serem saboreadas
às quartas e sábados ou somente
quando os senhores sentem vontade

As mulheres da minha raça
não são latas de malzbier fabricadas
pra fortalecerem impotentes virilidades
aprimorando-se o hipnótico brilho do rótulo
porém degenerando a essência do conteúdo

As mulheres da minha raça
não são animais de carga
simples bestas selvagens
que após serem marcadas
registradas e enjauladas
são transformadas em cadelas no cio

Saibam senhores
as mulheres da minha raça
são capacitadas e tudo fazem
com inteligente primor
são humanas, têm sentimentos
de alegria de liberdade
de ódio de dor
pois também sentem amor

Sendo assim, senhores
as mulheres da minha raça
não devem ser discriminadas e subjugadas
devido a pigmentação da sua cor

Cada uma delas possui
a sua natural essência humana
e todas devem ser respeitadas
não importa a medida ou a intensidade

(Oubi Inaê Kibuko)

INTRODUÇÃO

Falar hoje da mulher negra é se referir à tripla discriminação a que está sujeita, dando um dimensionamento da sua situação verdadeira numa sociedade capitalista, marcada pelas contradições de classes, onde o preconceito racial termina por servir e justificar essas contradições.

Nós, mulheres negras, enquanto mulheres, somos vítimas do sexismo; como negras, do racismo; e enquanto trabalhadoras, da exploração de classe. Esta experiência histórica e única, longe de ocorrer em processos isolados, se articula e se constitui numa tripla e insofismável identidade: mulher negra trabalhadora.

O lugar desprivilegiado que ocupamos nessa sociedade, vítimas de todos os mecanismos e princípios que regem a sua opressão, determina para nós, mulheres negras trabalhadoras, o total e real comprometimento com a implantação de uma sociedade socialista onde não haja sexismo e opressão de raça e classe.

1. PEQUENO RESGATE HISTÓRICO

1.1. A Mulher na África Oriental

A economia pré-colonial da África Oriental, e do Kenya em particular, estava baseada na produção de subsistência. A maioria das sociedades praticavam uma economia agropecuária complementada pela caça e pesca.

As mulheres africanas tiveram um importante papel no desenvolvimento econômico neste período. Elas eram as primeiras produtoras de bens alimentícios nas sociedades da região (Kenya, Uganda, República Unida da Tanzânia). Invariavelmente eram as encarregadas da maior parte das tarefas agrícolas, assim como pela fabricação de alguns produtos e as únicas responsáveis pela educação dos filhos durante os anos mais importantes, ou melhor, desde o nascimento até a adolescência.

A economia pré-colonial se caracterizava também pela necessidade de mão de obra, sendo a unidade de produção a família. Em geral, a divisão do trabalho na agricultura, a criação de gado e as atividades domésticas estava baseada no sexo e idade. Habitualmente, as mulheres, as adolescentes, se dedicaram aos trabalhos agrícolas e os homens adultos se dedicavam ao trabalho com o gado. A conservação da madeira ou de excrementos de animais utilizados como combustível eram tarefas reservadas à mulher, bem como as atividades domésticas.

Na medida em que as sociedades pré-coloniais tinham como preocupação dominante assegurar sua subsistência, a condição das mulheres estava em geral protegida por direitos bem reconhecidos sobre a terra e sobre os meios de subsistência e, ao que parece isso lhes davam uma certa segurança. Nos casos em que o Estado estava já constituído, a diferença social baseada na propriedade dos meios de produção, tendia a colocar as mulheres, enquanto grupo, numa situação de subordinação econômica.

1.2. A Mulher Escrava

Mais de 9,5 milhões de africanos são transferidos para as Américas, entre o início do século XVI e metade do século XIX.

O número de mulheres africanas introduzidas no Brasil era bem menor, pois os senhores de escravo a considerava um obstáculo ao ritmo do trabalho e à produtividade e, além disso, a reprodução da mulher escrava tornava-se antieconômica, já que os filhos só produziram após os 13 anos de idade. Entretanto, a mulher negra não só serviu à casa grande em serviços domésticos, como também trabalhou nas plantações, nas minas e demais atividades produtivas.

As mulheres escravas não eram dispensadas do trabalho na lavoura quando estavam grávidas ou amamentando.

"Dados sobre a composição sexual da população escrava, fornecidos pelo censo de 1872, mostram que dos 805.170 escravos homens existentes, 503.744 (62%) estavam empregados na agricultura; das 705.636 escravas, 304.657 (43%) encontravam-se no mesmo setor de atividade".

O quilombo foi a unidade básica da resistência do escravo. Onde existisse a escravidão, o quilombo surgia e surpreendia, principalmente, pela capacidade de organização e pela resistência que oferecia.

As mulheres negras, além de lutarem contra a destruição dos quilombos - mostrando-se como verdadeiras guerreiras ao lado do homem negro - ocupavam papel relevante enquanto força de trabalho.

A rotina do trabalho nos quilombos, envolvia a participação das mulheres na garimpagem, extração de minérios, agricultura, entre outras.

2. A MULHER NEGRA E O MERCADO DE TRABALHO

Através da mitificação das relações raciais, as elites brasileiras tentam vender a idéia, a nível interno e externo de que no Brasil existe uma democracia racial.

Segundo Gilberto Freire, historiador, sociólogo e principal articulador da democracia racial na década de 30, os portugueses foram superiores aos demais europeus em suas relações com os povos colonizados porque não eram racistas. Daí o processo de miscigenação ocorrido no Brasil e a harmonia racial que o caracteriza. O que Freire não leva em conta é que a miscigenação se deu às custas das diferentes formas de violentação da mulher negra, pois esta era alvo constante das investidas dos senhores.

Em 1974, é a vez de Roger Bastide:

"Elas (as mulheres negras) foram, elas são, as grandes mediadoras entre as raças, entre as classes, entre os nativos e os estrangeiros (...). Elas impediram a rigidez de um combate sem piedade entre brancos e negros, dando origem a um grupo de mestiços intermediário que tornou os contados raciais menos atritados". (Bastide, 1974).

Não existe uma democracia racial e sim uma "necessidade racial". O grupo dominante branco, apesar de "não gostar" do grupo dominado negro, necessita desta mão-de-obra barata, das péssimas condições de moradia, do analfabetismo, da alienação política, da não consciência de sua cultura, enfim, do não reconhecimento de sua condição de humanidade, para continuar se mantendo no poder, principalmente pelo fato deste grupo constituir a maioria da população brasileira.

A grande contradição da democracia racial está na distância social estabelecida entre negros e brancos.

Após a abolição, quando surge a indústria capitalista, o ex-escravo teve sua força de trabalho rejeitada pelo capital, sendo então o imigrante europeu contratado como trabalhador livre e assalariado na lavoura cafeeira e na indústria.

As alterações sócio-econômicas no final do século XIX e início do século XX refletiram duramente sobre as condições de vida e trabalho da mulher negra que mesmo perante tais condições, teve um importante papel na manutenção da família negra, encontrando formas de ocupação através dos serviços domésticos.

No sistema capitalista, marcado por uma forte exploração da divisão racial e social do trabalho, ocupamos os mais baixos escalões em diversos setores.

Na medida em que a carteira assinada, passe do negro brasileiro, é uma garantia e até segurança (inclusive da polícia), para o trabalhador negro, apenas 37% das mulheres negras a possui.

O mercado de trabalho é seletivo às pessoas da raça negra e faz com que convivamos com a experiência sistemática da baixa remuneração.

Segundo pesquisa publicada pela revista Afinal (abril/87), que abrange a capital paulista e os 37 municípios que com

põem a grande São Paulo, a região mais desenvolvida do País, no último trimestre de 1987, a taxa de desemprego da população branca era de 8,6% contra 10,5% da população não branca. Em se tratando das mulheres negras a taxa de desemprego chega a ser 7% superior à das mulheres brancas. às mulheres negras são oferecidas mais oportunidade de trabalho no setor de serviços domésticos. A jornada de trabalho média dos negros é de 44,7% horas semanais, enquanto a dos brancos cai para 43,1 horas.

A ocupação de trabalhadoras negras nas ocupações manuais é de 83% enquanto das mulheres brancas é de 61,5% (Garcia Oliveira, Rosa Porcaro e Tereza Araújo Costa).

Segundo o censo de 1980 (IBGE), as diferenças de rendimento médio, apresenta-nos os seguintes dados: até um salário mínimo (SM), um percentual de 23,4% de homens brancos, 43% de mulheres brancas, 44,4% de homens negros e 68,9% de mulheres negras. De 1 a 3 SM, 42,5% de homens brancos, 38,9% de mulheres brancas, 42,4 de homens negros e 26,7% de mulheres negras. De 3 a 5 SM: 14,6% de homens brancos, 9,5% de mulheres brancas, 8,0% de homens negros e 3,1% de mulheres negras. Acima de 10 SM: 8,5% de homens brancos, 2,4% de mulheres brancas, 1,4% de homens negros e 0,3% de mulheres negras.

É sabido que o valor do salário mínimo já há muito tempo não é suficiente para as finalidades às quais foi criado.

O quadro torna-se extremamente assustador para a população negra, vítima da política econômica tradicional. O que perguntamos e questionamos é até quando suportaremos este estado de coisas, que, sem dúvida, será superado através da organização, da discussão e da luta por perspectivas de outro tipo de sociedade sem opressão e exploração.

3. SAÚDE: ABORTO E CONTROLE DA NATALIDADE

Falar de saúde no Brasil significa falar da pobreza, da desnutrição, das péssimas condições de habitação, saneamento e trabalho, enfim, das reais condições de vida da população brasileira.

O presente trabalho, entretanto, abordará, sem pretensões de esgotá-los, dois temas que estão diretamente ligados à saúde da mulher: o aborto e o controle da natalidade.

3.1. Aborto

Segundo pesquisa da Organização Mundial de Saúde (OMS), atualmente, no Brasil, só pela prática ilegal do aborto - 4.500.000 (quatro milhões e quinhentas mil) por ano - morrem cerca de 400.000 (quatrocentas mil mulheres), sem contar o número de óbitos provocados por uma série de doenças ginecológicas.

Não há uma legislação rigorosa que realmente garanta assistência e orientação à mulher, como também, não se pode se parar a prática do aborto da falta de uma política de trabalho e de salário.

3.2. Controle da natalidade

Na década de 50, os grandes grupos de concentração de capital privado, principalmente norte-americanos, tomaram a decisão política de reduzir a taxa de natalidade dos povos do terceiro mundo, devido ao grande índice de crescimento populacional desses países, até então sob o jugo das potências industriais.

No Brasil, desde meados da década de 60, o rápido crescimento demográfico, a crise econômica e a pressão do governo norte-americano para a adoção de programas de controle de natalidade, colocaram a questão na ordem do dia.

Atualmente, o controle da natalidade disfarçado em "Planejamento Familiar" é defendido e executado, principalmente por organizações legalizadas, como a Sociedade de Bem Estar Familiar no Brasil (BEMFAM), entidade subsidiada em dólares do exterior. A justificativa é de que o crescimento demográfico cria obstáculos ao desenvolvimento econômico. Estudos feitos já demonstraram que a única forma de baixar as taxas de natalidade seria melhorar as condições de vida da população.

O que está ocorrendo, na prática, é um verdadeiro genocídio e os seus praticantes são dotados de extraordinária força sob o amparo do poder econômico e político. É importante e nessário denunciar o caráter economicista, racista e machista contido nos seus objetivos.

No Brasil, a preocupação com o aumento da população negra vem desde a primeira metade do século XIX, quando se verificou que a população negra crescia mais que a branca.

A esterilização do grupo não branco, especificamente aqui no Brasil; para conter a natalidade, se expande vertiginosamente. "É um método que não exige conhecimentos específicos sobre o uso, nem alto nível de motivação. Por estas razões a esterilização parece ser o método mais adequado onde existe um alto grau de analfabetismo". (Corsi Otálora e Garcia de Cors).

A revista IMPACT, projeto do Population Reference Bureau (publicação norte-americana), no seu primeiro número (novembro/86), mostra a que veio. Com o objetivo de "produzir folhetos informativos ocasionais sobre o planejamento familiar e a população", nos orienta:

"O planejamento familiar salva vidas (...). É um meio eficaz e econômico de reduzir a mortalidade (das mães, recém-nascidos e crianças no mundo em desenvolvimento) (gripo nosso). Esse é o tipo de investimento em recursos humanos que deveria formar uma parte indispensável dos programas que visam à melhoria das condições de saúde da mãe e da criança".

Embora se anunciasse que o programa teria objetivos de saúde, fica evidente, pela prática do "planejamento" nos países do terceiro mundo, que os objetivos são demográficos.

Matéria publicada recentemente no jornal Gazeta Mercantil, sob o título "Redução da Taxa de Fecundidade", por Guilherme Barros, nos informa que "Em 1940, a mulher brasileira tinha, em média, 6,16 filhos. Em 1950, o número de filhos por mulher aumentou para 6,21. Um novo salto se observou em 1960, quando a fecundidade subiu para 6,28 filhos. A partir de 1970, essa tendência se inverteu e o número de filhos por mulher caiu para 5,76. Em 1980, verifica-se uma queda ainda maior para 4,35 e em 1984 há um novo recuo para 3,5 filhos por mulher".

O demógrafo Luís Pinto de Oliveira do IBGE, destaca que do total de mulheres entre 15 e 44 anos que utilizam os métodos contraceptivos, 42,2% optaram pela esterilização e verifica que esse percentual aumenta quando se consideram as regiões mais pobres do

País: Rio Grande do Norte 75% das esterilizações foram gratuitas; no Piauí, 72% e no Maranhão, 58%. A mesma matéria registra o papel do INAMPS nesse processo de esterilização, onde no Rio Grande do Norte foi de 57%; em Alagoas, 41%; em Pernambuco, 37% e no Piauí, 34%.

Houve uma previsão no início dos anos 80 de expansão demográfica em que a população brasileira atingiria o total de 200 milhões de habitantes no ano 2000. Em 1982, o economista Benedito Pio da Silva, assessor do Grupo de Assessoria e Participação (GAP), órgão do Banespa, criado durante o Governo Paulo Maluf, no seu projeto de controle da natalidade expunha que o objetivo do programa era reduzir a população negra do país, pois esta seria maioria no ano 2000 e estariam ocupando os postos-chaves do poder. Houve denúncias de que este projeto fazia parte de um acordo entre o Governo do Estado de São Paulo e instituições japonesas.

Se inserirmos a dimensão racial, verificaremos que a maioria das esterilizações que vem ocorrendo são realizadas nas mulheres não brancas.

O receio do Sr. Benedito Pio da Silva e seus seguidores pode não ter mais fundamento, pois segundo dados anunciados pelo presidente da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Charles Mueller, as expectativas hoje são de que no ano 2000, o número de habitantes será de 180 milhões. A tendência é diminuir ainda mais.

4. ORGANIZAÇÃO E INTERVENÇÃO DAS MULHERES NEGRAS

Aprofundando uma tradição de lutas que é a marca de sua história desde a África, passando pelos tempos da escravidão no Brasil, as mulheres negras dão continuidade a esse fio histórico se organizando num constante combate contra a discriminação racial.

A compreensão e a confiança de nossa própria atuação, é a descoberta da possibilidade de uma postura ativa frente à realidade, a recusa à uma opressão secular, implica no fortalecimento de nossas propostas específicas articuladas com as lutas mais gerais.

A mulher negra faz-se presente na criação de movimentos negros e na sua direção. Segundo Lélia Gonzalez, os primei

ros grupos organizados de mulheres negras surgem no interior do Movimento Negro encontrando espaço necessário para as discussões e o desenvolvimento de uma consciência política a respeito do racismo e suas práticas e de suas articulações com a exploração de classe.

Esta organização em seu interior fez com que o movimento negro se ampliasse dando um salto qualitativo, evidenciando que apesar de, juntamente com o homem negro, sofrermos cotidianamente as agressões raciais, nossa luta, bem como as nossas reivindicações se justificam também, pela condição de dominada sexual.

A mulher negra hoje, extrapola a militância no movimento negro e é elementativo nos grupos femininos, na luta sindical, na luta pela reforma agrária, por moradia, nos grupos de saúde etc., reconhecendo que sua intervenção se faz necessária em sentido mais amplo, combinando o da do racial na compreensão das contradições sociais.

Um dos momentos significativos dessa intervenção se deu durante o IX Encontro Nacional Feminista, em setembro de 1987, em Garanhuns - PE, onde as mulheres negras, motivadas pela necessidade de ampliar a discussão de suas questões específicas, propuseram-se a organizar o I Encontro Nacional de Mulheres Negras.

É inquestionável a importância de estarmos participando desse Encontro por ser o primeiro fórum de discussão a nível nacional acerca da nossa questão. No processo de discussões, nas reuniões preparatórias, ficaram evidenciadas várias posições, com diferentes propostas em função das perspectivas distintas das companheiras que atuam no movimento social, partidário, instituições ligadas governos federal e estaduais. Perceber e entender essas tendências é de fundamental importância para definição dos rumos de nossa luta, dando-lhe um caráter mais coletivo e combativo.

O I Encontro Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora da CUT (São Paulo, junho/88), demonstrou a capacidade de organização e mobilização das mulheres de diversas categorias. Cabe ressaltar que a discussão relativa às questões da mulher negra em particular, só foi abordada (de forma superficial) após a intervenção de uma companheira do Grupo de Mulheres da Comissão do PT/DF. O mesmo ocorreu no II Encontro Nacional de Militantes Petistas do Movimento de Mulheres, ocorrido em Vitória (Espírito Santo, julho/88).

As ações podem ser atribuídas ao fato de que a esquerda ainda tem um entendimento equivocado de que, por servir à exploração capitalista, o racismo é apenas um mero apêndice da luta de classes, que põe à mar

gem, ou simplesmente elimina as contradições raciais e que a desarticulação das mulheres negras petistas que se queixam dessa e que longe do reconhecimento de que a luta contra o racismo se dará como dádiva de uma direção esclarecida, só poderá vir como resultado político da capacidade de organização e mobilização das negras petistas, principalmente pela prioridade que atribuímos a essa questão.

O grupo de mulheres da Comissão do Negro do PT/DF toma à frente este processo mostrando a necessidade urgente desta organização interior das comissões existentes em alguns estados, discutindo a atuação do Partido, sua proposta de transformação de uma sociedade que nos contemple e como nos encontramos dentro dele. As perspectivas que encontraremos no PT só poderão ser apontadas com a materialização desta organização.

Propostas:

- Encaminhar a deliberação tirada na reunião ampliada da Comissão Nacional de Negros do PT e Comissão Petista do Centenário da Lei Aurea dos dias 16 e 17 de abril, em São Paulo: Plenária Nacional das mulheres do PT como preparação para o 1º Encontro Nacional das Mulheres Negras, a realizar-se nos dias 2, 3 e 4 de dezembro/88, Rio de Janeiro.

- Estimular a criação de grupo de mulheres interior das comissões do negro do PT existentes, bem como a criação de comissões do negro.

Muito AXÉ!

BIBLIOGRAFIA

1. Giacomini, Sônia Maria - Mulher e Escrava. Editora Vozes.
2. Pala, Achola O. e Ly Madina - La Muyer Africana en la Sociedad Precolonial. Serbal/Unesco.
3. Oliveira, Porcaro e Araújo Costa - O Lugar do Negro no Mercado de Trabalho. Rio de Janeiro, IBGE-1980.
4. Revista Afinal, de 19/04/1988
5. Revista Impact - Population Reference Bureau, nº 1, de novembro de 1986
6. Jornal Gazeta Mercantil, de agosto de 1988.
7. Jornal Mulherio nº 9, Mulher Negra: e nós aonde vamos?, de Dulce Pereira.
8. A Estrutura do Genocídio: Os aspectos políticos da contracepção, a esterilização e o aborto. Dr. Carlos Corsi Otálora e Maria Cristina Garcia de Cors.
9. Encontro Negro: Dimensão Mulher - Texto/contribuição ao II Encontro Estadual "O PT e a Questão Racial". Brasília, ago de 88. Grupo de Mulheres da Comissão do Negro do PT/DF.
10. Mulher Negra - Lélia Gonzalez, 1985.
11. Repensando o papel da Mulher Negra - Oliveira, Porcaro e Araújo Costa - DEISO - IBGE.